

Acordo afasta o temor do 'entulho autoritário'

Foto de Sérgio Marques

BRASÍLIA — Um preâmbulo ao substitutivo do Regimento Interno da Constituinte, afirmando que "os constituintes têm o poder para sobrestar medidas que possam ameaçar os trabalhos e as decisões soberanas da Assembléia", elaborado pelo relator Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP), selou ontem o acordo entre o Governo e o grupo "progressista" do PMDB, que defendia a remoção do chamado "entulho autoritário" da atual Carta pela Assembléia.

O autor do projeto de mudanças na atual Constituição, Deputado Maurílio Ferreira Lima (PMDB-PE), retirou a proposta, enquanto Fernando Henrique, após conversar com o Presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, e com o principal interlocutor nas negociações, o Líder da Maioria Carlos Sant'Anna, decidiu apresentar o preâmbulo. O documento, uma espécie de introdução ao Regimento, deixa claro que a soberania da Constituinte implica liberdade plena para fazer a Carta.

Segundo o preâmbulo elaborado pelo Senador, o povo, detentor originário da soberania, delegou aos constituintes poderes para elaborar livre e soberanamente a nova Constituição. Deixa claro, porém, que a urgência na promulgação da nova Carta,

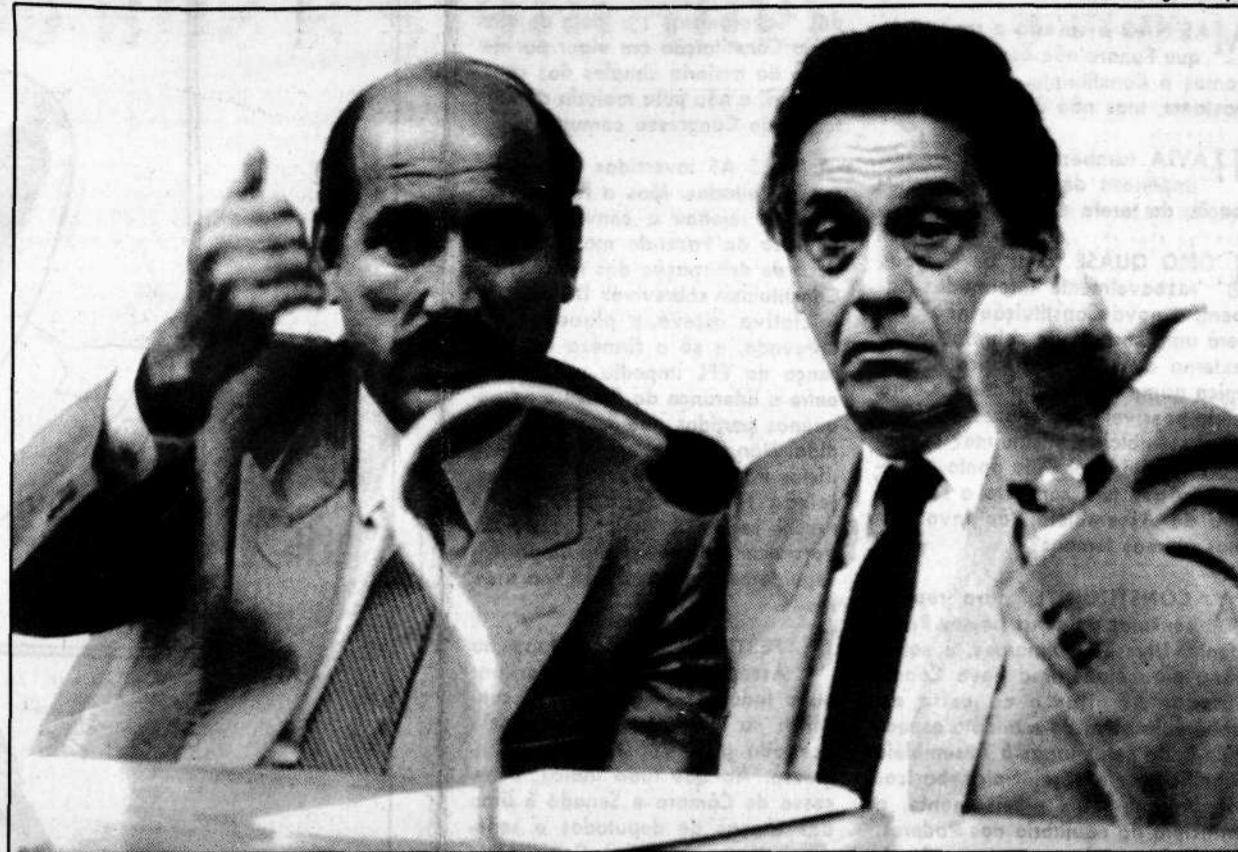
que sepultará definitivamente "o entulho autoritário". Fernando Henrique explicou que alterações no atual texto constitucional só poderiam ser feitas, portanto, através do Congresso Nacional.

O Senador explicou que as medidas que poderiam ameaçar a Constituinte referidas no preâmbulo poderiam ser mesmo as medidas de emergência — um dos pontos que os "progressistas" pretendiam retirar da atual Carta. Em sua opinião, elas não valem para a Constituinte, mas assegurou que não deverão ser acionadas, principalmente porque o Presidente da República é do PMDB.

Maurílio justificou a retirada de seu projeto, que pretendia dar aos constituintes o direito de mudar a atual Constituição, afirmando que a essência da idéia de soberania foi mantida na proposta do Governo.

— Na verdade, a fórmula de Sant'Anna foi um avanço maior do que imaginávamos conseguir. Sua proposta confere total soberania à Constituinte — disse Ferreira Lima.

O Deputado afastou a possibilidade de tratar-se de manobra para derrotar de vez a tese da soberania, argumentando que sua rejeição por ocasião da votação do Regimento representaria "um sério problema político".



Luiz Henrique (à esquerda) e Fernando Henrique na reunião em que peemedebistas debateram o Regimento

CNBB convida os parlamentares para debater a nova Constituição

BRASÍLIA — A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) começou ontem a convidar formalmente todos os 559 constituintes para o primeiro debate sobre a futura Constituição. No convite, a entidade afirma que ao acompanhar a Constituinte está prestando um serviço público, que "não se confunde com o lobby".

O primeiro encontro com os parlamentares será na próxima terça-feira e dele participarão os 20 bispos que integram a Presidência da CNBB e a Comissão Episcopal de Pastoral (CEP), além dos membros da Comissão de Acompanhamento à Constituinte e de assessores. No convite encaminhado aos parlamentares, a CNBB já alinha o que espera da Assembléia Nacional Constituinte: distribuição equitativa de riquezas, condição para a justiça social, necessária distribuição de poder e condição para a cidadania.

A Agência de Notícias Alternativa (NAN), criada pela CNBB para transmitir informações diárias sobre a Constituinte, já está com 70 clientes, entre os quais a Secretaria Especial de Ação Comunitária (Seac), do

Palácio do Planalto, e a Semprel, empresa de consultoria do ex-Ministro Said Faraht.

No boletim de ontem, a CNBB avalia que o quadro grave de situação econômica poderá "esfriar o calor dos constituintes", na medida em que eles não tiverem efetiva participação em eventuais decisões em curso. Ao mesmo tempo, afirma que no trabalho constituinte o Congresso não tem revelado tendência à radicalização, e, sim, à conciliação e à composição de posições antagônicas.

A Igreja voltou a criticar a tentativa de influência do Executivo sobre a Constituinte, citando como "exemplo mais concreto" disse a designação do Deputado Carlos Sant'Anna para a Liderança do Governo na Câmara. Ela entende que a eleição imediata do Deputado Luís Henrique para Líder do PMDB foi "um passo político importante no tocante à afirmação da soberania da Assembléia". Na avaliação da CNBB, o Executivo tem feito tudo "para salvaguardar as prerrogativas historicamente acumuladas, ou seja, para manter sua influência através de mecanismos de funcionamento do Congresso".

Regimento: Constituinte tem funcionamento prioritário

BRASÍLIA — A partir do dia 1º de março, a Câmara e o Senado reformularão seus Regimentos Internos para compatibilizar suas sessões, sempre em caráter extraordinário, com o funcionamento prioritário da Constituinte. Essa fórmula, encontrada pelo relator do Regimento Interno da Constituinte, Senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP), para conciliar os interesses de Senadores e Deputados, consta de seu substitutivo, que será lido hoje em plenário e votado possivelmente na próxima segunda-feira.

A exemplo do Regimento da Constituinte de 1946, o substitutivo garante inviolabilidade aos constituintes por opiniões, palavras e votos no exercício de suas funções, estabelecendo que não podem ser processados criminalmente nem presos sem licença da Assembléia, salvo em flagrante.

O relator resolveu a polêmica em torno da questão da liderança para os pequenos partidos determinando que todas as agremiações terão um líder, mas aquelas com bancada de menos de 15 parlamentares ficarão com tempo menor para manifestações. O prazo de cinco minutos destinado às lideranças para comunica-

ções durante a sessão fica, por exemplo, reduzido a dois minutos e meio no caso dos líderes com menos de 15 liderados.

A proposta de Regimento, com 84 artigos, estabelece ainda que não haverá sessões ordinárias da Constituinte aos sábados, domingos e segundas-feiras. Nas sextas-feiras, as sessões serão realizadas pela manhã. O quorum para abertura das sessões será de pelo menos 56 constituintes.

O projeto da nova Constituição deverá ser votado por títulos ou capítulos, segundo o Regimento, e todas as votações de matéria constitucional serão nominais. O substitutivo prevê ainda votações e sessões secretas para as questões de economia interna da Assembléia.

O projeto da nova Carta, que só deverá chegar ao plenário após os trabalhos das comissões temáticas (prazo de 60 dias) e da Comissão de Sistematização (prazo de 30 dias após o encerramento dos trabalhos das demais comissões), será discutido por 40 dias para votação em 1º turno. Em seguida, será remetido de volta à Comissão de Sistematização e votado em 2º turno.

Fernando Henrique propõe a pos-

sibilidade de apresentação de emendas populares, assinadas por 30 mil eleitores e endossadas por três entidades. No período de trabalho das comissões, as Assembléias Legislativas, Câmaras de Vereadores, Tribunais e entidades representativas da sociedade poderão apresentar sugestões a cada uma delas.

O relator não inseriu no seu parecer proposta para realização de referendos e plebiscitos à nova Carta, mas deixou aberta a possibilidade de apresentação de projetos de resolução nesse sentido durante os trabalhos.

Pelo substitutivo, caberão recursos ao plenário de decisões da Mesa nos casos de negativas de requerimento de destaque, de questão de ordem e de pedido de informações a autoridades. Em se tratando de questão de ordem e de pedido de informações, entretanto, será necessário o apoio de pelo menos 94 constituintes aos recursos.

A proposta de Fernando Henrique estipula ainda que o Presidente da Assembléia poderá pedir crédito especial à Presidência da República para a Constituinte e poderá, também, requisitar funcionários e instalações da Câmara e do Senado para o seu funcionamento.

Computador ajuda a reunir emendas

BRASÍLIA — A Constituinte apelou para a máquina. Graças a um computador IBM 3081, o Senador Fernando Henrique Cardoso conseguiu compilar as 972 emendas ao projeto de Regimento Interno da Assembléia no prazo de oito dias. A mesma máquina permitirá que as nove comissões sejam preenchidas tão logo o Regimento seja aprovado, o que deve acontecer na próxima terça-feira.

— Eu não teria como realizar esse trabalho, não fosse o computador — admite o Senador Fernando Henrique Cardoso, pois, nos oito dias de prazo concedidos para concluir o projeto, teria de ler nada menos que três milhões de caracteres. Isso significa que, trabalhando oito horas consecutivas por dia, o Senador precisaria ler 3.542 palavras por hora, o equivalente a aproximadamente duas páginas de jornal.

A saída foi chamar o Prodasen, — Serviço de Processamento de Dados do Senado, para onde Fernando Henrique virtualmente transferiu seu gabinete e assessoria. Foi lá, sábado e domingo passados, que ele praticamente redigiu o projeto e negociou seus aspectos mais polêmicos. Na terça-feira, a memória do IBM 3081 já dispunha de uma das versões do projeto, com 74 artigos.

A experiência bem sucedida de Fernando Henrique levou a Liderança do PMDB na Câmara a também recorrer ao computador para fazer uma triagem das preferências dos constituintes pelas comissões. Um questionário elaborado pelo Prodasen e distribuído pelo Deputado Miro Teixeira permite que os constituintes assinalem suas quatro primeiras opções. O computador cruzará as informações e Miro pretende apresentar um esboço da composição das comissões, de preferência pela primeira opção de cada um, no minuto seguinte à aprovação do Regimento.

Já o programa desenvolvido pelo Prodasen para atender a Fernando Henrique servirá de protótipo para todos os projetos que de agora em diante serão votados no Congresso, inclusive a futura Constituição. Cada senador já dispõe de um terminal do Prodasen em seu gabinete. Através dele é possível conhecer o texto de mais de 50 constituições dos quatro continentes ou todo o texto compilado pela Comissão Afonso Arinos, por exemplo.